

Teoria da dependência

JORNAL DE BRASÍLIA

CARLOS MICHILES

3 * JUN 1995

O recuo dos intelectuais de esquerda de uma posição marxista para outras mais "realistas", ou seja, o abandono do projeto socialista para a adesão a idéias do mercado como provedor do equilíbrio social, se deve, de um lado, ao reconhecimento da importância da liberdade de iniciativa humana e o desmonte das estruturas políticas do leste europeu e, de outro, porque o intelectual cuja matéria-prima são as idéias, sabe encontrar sedutores argumentos para justificar sua aproximação aos lugares onde está o poder. O intelectual, como dizia Gramsci, é muito sensível ao poder.

De uma certa maneira, a trajetória do presidente Fernando Henrique, como intelectual e com vocação para a política, não se deu desta forma, como verificamos com muitos outros intelectuais ex-marxistas. Isto fica claro na longa reportagem sob o título A teoria que saiu do freezer, publicado pelo Caderno MAIS do jornal FSP (28.05.95). Além, ainda, de um importante artigo do sociólogo Fernando Henrique revidando alguns aspectos de suas análises sobre a relação de dependência entre o centro e periferia, elaborada em conjunto, nos anos 60, com Enzo Falletto em sua obra clássica Dependência e Desenvolvimento na América Latina. De lá para cá, existe um fio evolutivo que interliga a gênese de suas idéias e seu desenvolvimento político.

Históricamente, estas idéias foram, simultaneamente, síntese e superação de um conjunto de formulações ou interpretações sobre a América Latina, em especial sobre o Brasil, que refletiam o nível de desenvolvimento da formação social brasileira. Começou nos anos 40 e 50, com a compreensão de que o Brasil era uma sociedade essencialmente agrária (Gilberto Freire) constataando com a emergente interpretação nacional-burguesa (Cepal Celso Furtado, Iseb PCB) cuja solução prática para aquela diferença de ver o País, aconteceria em 1964, que liquidou a teórica discussão dicotômica em torno de um país agrário ou burguês industrial.

Depois, surge o modelo moderno-autoritário pós 64 formulado, principalmente, por intelectuais como Roberto Campos e Golbery do Couto e Silva. De outro lado, surgem as concepções de esquerda com Caio Prado Jr. e Rodolfo Stavenhagen; Gunder Frank e Rui Mauro Marini (Las razones del neodesarrollismo, resposta a F.H. Cardoso e J. Serra, publicado, infelizmente, apenas no México, em 1978). Polemizando, de um certo modo, com todas essas versões teóricas, as idéias de Cardoso e Falletto enfatizam os novos fatos políticos e econômicos que induzem uma redefinição da relação das classes nacionais e de dependência com o imperialismo.

Mas, afinal o que é essa teoria da dependência, formulada nos idos anos 60 que, de uma certa maneira, está sendo atualizada pelo hoje presidente Fernando Henrique?

Recorrendo às palavras do próprio Fernando Henrique: "...dentro da análise geral do capitalismo, tentávamos mostrar que as relações entre o centro e periferia haviam mudado. Ou seja, em oposição às visões deterministas que uniam a teoria do imperialismo à impossibilidade do desenvolvimento capitalista nos países periféricos, descrevíamos as novas relações de dependência que permitiam a industrialização das economias subdesenvolvidas."

Estas idéias se confrontavam com a formulação ortodoxa de um dado marxismo oficial, que dizia que o imperialismo e os interesses dos latifundiários constituíam o principal obstáculo ao progresso social. Estas forças impediam qualquer possibilidade de desenvolvimento industrial no País. Caberia então às forças progressistas, promoverem a aliança dos setores camponeses com a "burguesia nacional" e o Estado em setores estratégicos; romperem com aquele padrão tradicional de dominação e inaugurarem o ciclo de progresso através da industrialização nacional-popular. Uma espécie de etapa que antecederia o socialismo no Brasil

Cardoso-Falletto se colocam contra esta interpretação. Afirmam que a bur-

guesia nacional, supostamente oposta aos interesses do imperialismo, começava a se associar ao capital estrangeiro para produzir no País exatamente o que o imperialismo deveria evitar: produtos industrializados modernos. Ou seja, a partir de 1964, começava a se formar uma nova divisão internacional do trabalho e um conseqüente cenário de internacionalização do mercado. Formando assim aquele famoso tripé: as empresas estatais, as multinacionais e as empresas nacionais associadas. O que antes, era um país apenas produtor de matéria-prima para o centro do capitalismo, para depois retornar em forma de produto industrializado, se tornou um país industrial. Isto significa que o país ganhou também em relação a uma equânime distribuição e justiça social. Ao contrário, o Brasil de todos os países industrializados da América Latina, foi o que melhor combinou ao longo destas duas décadas, crescimento econômico com miséria e pobreza de sua população.

Em suas palavras, "esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência".

É claro que o processo social deu razão a estas idéias que hoje são, em parte, revistas pelo sociólogo Fernando Henrique — diante da difícil missão de combinar a ética de suas convicções históricas com a ética da responsabilidade que o princípio da realidade impõe. Como diz, hoje sua disposição utópica está mais temperada pelo realismo e pela responsabilidade de transformar o País com o mandato que recebeu da sociedade.

■ Carlos Michiles é sociólogo e professor da FGV-DF